

MULHERES E PODER NA ARISTOCRACIA DA NORTÚMBRIA ANGLO-SAXÃ: AUSÊNCIA OU INVISIBILIDADE?

Women and power among the aristocracy of Anglo-Saxon Northumbria: absence or invisibility?

Prof. Dr. Renato Rodrigues da Silva
Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP
E-mail: silvarrenato@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5900-4263>

Recebido em: 27/09/2019
Aprovado em: 15/05/2020

Resumo :

A historiografia voltada ao estudo da História da Inglaterra anglo-saxã não abordou a relação entre mulheres e poder por muitas décadas. Contudo, esta temática vem sendo recuperada de formas diversas. O presente artigo tem como objetivo tentar entender se a relativa escassez de personagens femininas nas fontes (escritas) do período traduz uma realidade de pouca participação das mulheres no poder aristocrático ou se esta escassez revela uma invisibilização da participação feminina por parte dos autores de época. A metodologia utilizada será a comparação entre fontes escritas e o enterramento em cama (*bed burial*) escavado em Street House e as lápides de Hartlepool.

Palavras-chave: Inglaterra anglo-saxã; Nortúmbria; Aristocracia; Gênero.

Abstract :

Historiography focused on the study of Anglo-Saxon England did not address the relation between women and power for many decades. However, this topic has been recovered and addressed in many ways. The current article aims to understand the relative absence of female characters on the (written) sources of the period. Two paths of interpretation lie ahead: this absence can translate the absence of women in the practice of power; or the absence can reveal the produced invisibility of women by the authors of the time. The methodology will be to comparison between written sources, the bed burial and the namestones of Hartlepool.

Keywords: Anglo-Saxon England; Northumbria; Aristocracy; Gender.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo responder se a relativa ausência feminina em fontes escritas do período traduz uma ausência real destas mulheres em posições de poder ou se corresponde a um processo de invisibilização. Para tal objetivo, o texto irá começar com uma rápida abordagem sobre o surgimento da questão das mulheres para a historiografia hegemônica. O próximo passo será centrar a discussão em como a história das mulheres e/ou os estudos de gênero se expressaram nos estudos medievais e, em seguida, como este campo se expressou no estudo da Inglaterra anglo-saxã. A discussão sobre esta historiografia específica dará espaço a dois estudos de caso.

2. Mulheres e Poder, Historiografia e Estudos Medievais

Durante décadas o estudo da sociedade anglo-saxã não focou a relação entre mulheres e poder. Esta ausência não é exclusiva deste recorte espaço-temporal. O período de afirmação da história enquanto disciplina acadêmica estava dedicado a uma história nacional; as esferas sociais focadas eram a guerra, a política e a diplomacia (BURKE, 1990). Além disso, se tratava de uma história cujos agentes sociais principais eram os grandes homens: líderes, generais, reis, presidentes etc. (FRIZZO, 2019). A formação da História enquanto disciplina conduziu à formação de um campo hegemonicamente masculino, em termos de personagens históricos. Isto não quer dizer que não houve trabalhos de análise histórica realizados por mulheres. Como o excelente trabalho de Bonnie Smith recupera, houve significativa produção realizada por mulheres, mas que não se tornaram canônicas academicamente por mecanismos diversos de dominação masculina (SMITH, 2003).

A escrita da história hegemônica passou a incorporar a participação de mulheres, enquanto sujeitas e objeto da história principalmente a partir da década de 1960. Rachel Soihet relaciona este processo tanto à militância política deste contexto quanto aos desenvolvimentos da Nova História, em especial à História das Mentalidades e à História Cultural (SOIHET, 1997: 275). Uma das obras de amplo espectro sobre história das mulheres no ocidente foi escrita pela influente e seminal autora Michelle

Perrot em conjunto com o medievalista Georges Duby (DUBY & PERROT, 1991). O mesmo autor também dedicou outro estudo de fôlego à temática (DUBY, 2013).

A inclusão de novos objetos, abordagens, metodologia e da agência de grupos sociais é comum para a medievalística, principalmente do século XX. Conforme Hilário Franco Júnior aponta, em função da distinta participação de medievalistas na renovação da História dos *Annales*, a História Medieval se constitui como carro-chefe das inovações historiográficas (FRANCO JR., 2001: 16). A participação de nomes de vulto como Perrot e Duby foram sendo complementados por Mary Erler, Maryanne Kowaleski, Constance Bourchard, Judith Bennet e Ruth Mazo Karras (ERLER & KOWALESKI, 2003; BOUCHARD, 1981; BENNET, 1984; BENNET & KARRAS, 2013). No que diz respeito a como esta questão foi abordada em língua portuguesa, destacam-se Maria Helena da Cruz Coelho, José Rivair Macedo e Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (COELHO, 1991; MACEDO, 2002; SILVA, 2010). No que diz respeito aos estudos especificamente voltados ao campo do gênero, grande parte da contribuição para o campo nos estudos de medieval vem da professora Andréia Frazão.

No campo internacional, os nomes abundam, mas é necessário destacar as abordagens originais de Sarah Salih. Salih tem desenvolvido suas pesquisas baseadas nas ideias de Judith Butler (geralmente chamada de “teoria queer”, “teoria feminista” ou “estudos de gênero”). A aproximação de Salih com Butler culminou em uma obra de apresentação e sistematização do pensamento da filósofa (SALIH, 2015: 9). No que diz respeito aos estudos medievais, a implicação mais famosa deste aporte teórico de Butler, realizado por Salih aos estudos medievais é a categorização da virgindade (feminina, sobretudo) enquanto um gênero (SALIH, 2001). Esta ideia foi seguida por especialistas do fim do período medieval e também do moderno, como Stacey Schlauf, fazendo com que tais ideias não se restrinjam ao medievo (SCHLAU, 2002). De qualquer forma, foi preciso aguardar até 2013 para que uma ampla obra de grande respaldo que concentre estudos sobre história e gênero e suas possibilidades fosse publicada (BENNET & KARRAS, 2013). Esta publicação foi realizada no bojo da produção de grandes manuais produzidos pela editora da Universidade de Oxford, dentre os quais o manual sobre arqueologia dedicada à Inglaterra anglo-saxã (HINTON, CRAWFORD, HAMEROW, 2012).

Concluída esta breve introdução aos nomes dedicados ao tema da história das mulheres e dos estudos de gênero, passaremos agora a analisar como este campo foi construído nos estudos que abordam a Inglaterra anglo-saxã.

3. Estudos sobre mulheres e gênero na Historiografia sobre Inglaterra anglo-saxã

Os estudos dedicados à Inglaterra anglo-saxã no século XX foram marcados pela grande obra de síntese de Sir Frank Stenton, *Anglo-Saxon England*, publicada pela primeira vez em 1943 (STENTON, 2001). Nesta obra seminal, muitas subseções são dedicadas a grandes líderes masculinos, como Eduíno da Nortúmbria, Penda da Mércia, Aldefrido, Alcuíno etc; a única subseção dedicada a uma mulher é à abadessa Hilda (STENTON, 2001: 162-165). Contudo, muito da leitura de Stenton sobre o mundo anglo-saxão se deve a uma leitura consideravelmente menos crítica dos escritos de Beda, subentendido como grande fiador das possibilidades de construção de narrativas históricas para o período em questão (JOHN, 1996). Contudo, Stenton também produziu um artigo em que refletia a respeito do papel da mulher na sociedade anglo-saxã, ainda em 1943. Neste, o autor reflete sobre como as mulheres do período desempenhavam papéis políticos importantes no período, agindo na administração do reino; porém a legislação de época não registra de forma clara o seu direito à propriedade fundiária. A conclusão do autor é que, assim como a participação das mulheres na administração do reino não seria incomum, a propriedade fundiária com direito à definição destas áreas com o próprio nome da mulher também não seria incomum (STENTON, 1943). Tanto o artigo citado quanto o influente manual *Anglo-Saxon England* foram publicados em momentos próximos. Embora o conjunto da obra de Stenton conte com este texto, a questão da história das mulheres não chega a ocupar espaço orgânico na sua reflexão mais alongada, sendo mais um tema que uma dimensão social. A exceção são as rainhas e mulheres de altíssima extração social. A mesma linha é seguida por Dorothy Whitelock (WHITELOCK, 1952).

Outra pessoa de sobrenome Stenton, infelizmente menos famosa, também se dedicou ao estudo da história medieval, e produziu uma obra acerca do papel das mulheres na história inglesa. Doris Stenton, geralmente conhecida como esposa de

Frank Stenton, recupera a discussão iniciada por Eckenstein e retoma a hipótese de que as mulheres anglo-saxãs seriam “magistras e independentes” principalmente se comparadas com as “legalmente dependentes mas ainda assim magistras” mulheres do século XII e XIII (STENTON, 1957). A obra de Stenton desenvolve uma hipótese apresentada pela primeira vez por Lina Eckenstein. Esta defendia que o prestígio das mulheres e a participação feminina no poder foi sendo erodida após a conquista normanda. A culminação deste processo se deu na dissolução dos mosteiros no período moderno, que privou as mulheres da única atividade não doméstica. (ECKENSTEIN, 1896). Para Stenton, durante o período saxão as mulheres estavam em um patamar de poder muito mais próximos de seus irmãos e maridos que em qualquer outro período pré-moderno (STENTON, 1957: 28). Ela responsabiliza a igreja e o formato que ela classifica como feudal pela sujeição da mulher no período seguinte. Contudo, os limites e possibilidades da participação feminina na sociedade estavam ligados à estrutura social dentro da qual estas mulheres operavam; assim, a mesma reconhece que esta pressão sobre o feminino foi mais marcada nas camadas dominantes da sociedade, recorte no qual as mulheres atuavam com maior impacto social (STENTON, 1957: 28).

Em obras também de caráter manualesco, Kirby e Rosenthal tentaram incorporar a participação das mulheres no mundo anglo-saxão (KIRBY, 1968; ROSENTHAL, 1973). Contudo, estes foram criticados por ignorar a evidência do poder das rainhas e da contribuição das mulheres inseridas em comunidades monásticas para o florescimento da igreja no período (DIETRICH, 1979). Page tentou abordar a questão das mulheres em um capítulo à parte, e foi criticado por não incorporar as mulheres em sua análise de forma orgânica, mas como tema (PAGE, 1970; DIETRICH, 1979).

Elizabeth Judd converge com Stenton ao caracterizar as mulheres do mundo anglo-saxão como gozando de maior liberdade que em períodos posteriores. Para sua análise, ela amplia os tipos de fontes discutidos anteriormente, incorporando elementos hagiográficos, poemas e demais fontes produzidas por integrantes da Igreja, além do corpus jurídico. Contudo, a principal evidência para ela é justamente a diminuição da quantidade de mulheres proprietárias, ligando este fenômeno ao estabelecimento do direito de primogenitura instituído pelo sistema feudal (imposto pelos normandos) (JUDD, 1974). Marc Meyer também defende a perda de prestígio feminino a partir das possibilidades de posse e doação de terra por mulheres em fontes jurídicas (MEYER,

1979). Stephanie Hollis considera que a manutenção do relativamente alto status das mulheres anglo-saxãs (nobres) se deve ao processo de negociação cultural que foi a conversão ao cristianismo. Para Hollis, neste processo as mulheres da elite mantiveram grande parte da posição de status e poder que detinham à época pagã (HOLLIS, 1992: 2). Scheila Dietrich concluiu que as mulheres do fim da Idade Média ou da Primeira Modernidade não veriam o período da Alta Idade Média como uma “era de ouro”, mas que haveria muito a ser invejado. As perdas principais que seriam sentidas seriam determinados direitos e o manejo de poder que, na melhor das hipóteses, algumas das mulheres de períodos posteriores poderiam obter apenas parcialmente. (DIETRICH, 1979).

No que diz respeito ao poder da mulher no seio das classes subalternas da sociedade, diferentes interpretações emergiram. Doris Stenton defendia a posição de que a condição de praticamente igualdade continuou a existir dentre o conjunto do campesinato, enquanto as mulheres da elite foram submetidas à condição de esposa de senhores feudais (STENTON, 1957: 28-9, 75-6, 348). Esta afirmação foi questionada por Jean Scammell, que atribuiu a esta leitura uma dimensão idealizada do que era o mundo camponês, sendo esta uma leitura rousseuniana do passado (SCAMMELL, 1974: 523). O principal argumento de Scammell é que a liberdade na Idade Média consistia na posse de terras em quantidade suficiente para ter seu próprio júri, algo que certamente não fazia parte do cotidiano do campesinato (SCAMMELL, 1974: 527-8). Mais recentemente, em um estudo de base eminentemente arqueológica, Debby Banham e Rosamond Faith apontam para a necessidade de se pensar a divisão do trabalho levando em consideração a diferença de gênero, entendendo que algumas tarefas do trabalho agropastoril são genderizadas (BANHAM & FAITH, 2014).

Uma nova obra foi organizada nos anos 1980, influenciada pela explosão de abordagens que marcou a medievalística dos anos 1970 e 1980. Neste sentido, a obra de Christine Fell ganha notoriedade ao estabelecer não a mulher como tema, mas como um ponto de partida e uma dimensão para abordar temáticas diversas, como vida cotidiana, sexo e casamento, parentesco, gestão e administração fundiária e legal, além da vida religiosa. (FELL, 1984).

Os estudos que abordavam o que é o feminino e o masculino no mundo anglo-saxão foram oxigenados (e de certa forma gerados) pelo aporte da teoria de gênero. Um

dos nomes mais influentes neste sentido é o de Carol Pasternack. Em um artigo intitulado “Negociando o gênero na Inglaterra anglo-saxônica” (*Negotiating Gender in Anglo-Saxon England*), Pasternack pensa nas tensões, conflitos e negociações que a cristianização impõe ao que é entendido como feminino e como masculino. Para a autora, os papéis ou sistemas de gênero não foram conformados com a cristianização durante o período anglo-saxão; a mesma autora também defende que as ideias sobre o masculino e o feminino, religião, sexualidade e as práticas correspondentes eram dinâmicas e variadas (PASTERNAK, 2003: 128-9). Pasternack utiliza em seu estudo duas fontes escritas: os penitenciais do arcebispo Teodoro de Tarso (arcebispo da Cantuária, 669-90) e as leis de Æthelberht (m. 616). Pasternack destaca em tais leis que homens e mulheres têm sua propriedade reconhecida; contudo, status é restrito ao masculino. Homens podem ser identificados como reis, nobres, homens livres, camponeses livres, servos, escravos (*cyning, eorl, frigman, ceorl, esne, ðeow*). Já as mulheres são sempre valoradas em relação a um homem, com a exceção da mulher livre (*friwif*) e a donzela (*mægþ*) (PASTERNAK, 2003: 116-7).

O desenvolvimento do campo de estudos da História das mulheres e dos estudos de gênero está ligado a uma tendência comum à historiografia como um todo: a predominância das fontes escritas. Muito embora as contribuições de Christine Fell e Henrieta Leyser também tenham se apoiado no desenvolvimento da arqueologia, de modo geral até os anos 2000 a arqueologia foi utilizada pela historiografia sobretudo como comprovação ou negação do que as fontes escritas indicavam. Esta lacuna também pode ser explicada pela ausência de uma consistente sistematização dos avanços arqueológicos. O primeiro estudo que tentou sistematizar o que a arqueologia dedicada ao contexto anglo-saxão conseguiu avançar foi publicado em 1976 (WILSON, 1976). O segundo esforço neste sentido foi publicado apenas em 2011, sob a coordenação de Helena Hamerow, David Hinton e Sally Crawford (HAMEROW *et al.*, 2011). Como em 1976 gênero não era um campo estabelecido, foi em 2011 a primeira vez que os estudos desta área baseados em evidências arqueológicas foram sistematizados (LUCY, 2011). Este ainda dialogava amplamente com as questões levantadas por Fell e clamava por mais estudos sobre o tema para que ele pudesse ser suficientemente detalhado (LUCY, 2011: 701).

Outra abordagem mais recente que tem sido tentada para entender as fontes escritas do período é a chamada “Análise de Redes Sociais” (*Social Network Analysis*). Em um projeto voltado para esta metodologia, os escritos de Beda foram escrutinados, e uma das conclusões é que, embora as mulheres sejam pouco numerosas do ponto de vista puramente quantitativo, uma análise qualitativa revela que estas possuem uma agência histórica significativa, em especial no processo de cristianização dos reinos. (MACCARRON *et al.*, 2016; MACCARRON, 2017). Contudo, o estudo de MacCarron se concentra também nas rainhas, em função destas serem as mulheres mais comumente registradas por Beda.

Os estudos, portanto, são majoritariamente calcados em fontes escritas. E, mais especificamente que isso, são muito centrados na figura das rainhas. Para tentar entender melhor o papel social das mulheres aristocratas fora da realeza, é necessário agora passar aos estudos de caso selecionados.

4. Mulheres Aristocratas da Nortúmbria

A maior parte da historiografia dedicada à temática do estudo das mulheres e de gênero baseou-se nas fontes escritas. Estas eram mais visíveis em fontes diversas na posição de abadessas ou de rainhas. Uma fonte do período, o *Liber Vitae* de Durham (doravante, DLV) pode ajudar a entender porque a historiografia acabou por aproximar muito (quando não colapsar) estas duas posições. O DLV é um livro de confraria, um documento comum na Idade Média. Este livro é basicamente constituído de uma lista de nomes de pessoas importantes para a comunidade que produziu o livro. Estes nomes provavelmente eram inseridos no livro a partir de uma doação para a comunidade. E os nomes presentes no DLV estão agrupados de acordo com sua posição social. No fólio 15r, por exemplo, vemos nomes dos reis ou duques (*Nomina regum vel ducum*, figura 1). No fólio 18r, estão os nomes dos anacoretas (*Nomina anchoritarum*); no fólio 20r, o nome dos abades (*Nomina abbatum*). Porém as mulheres nomeadas estão entre os fólios 16r e 17v. O título que categoriza a seção em que são nomeadas é “Nome das rainhas e abadessas” (*Nomina Reginarum et Abbatissarum*, figura 2) (DA SILVA, 2015).

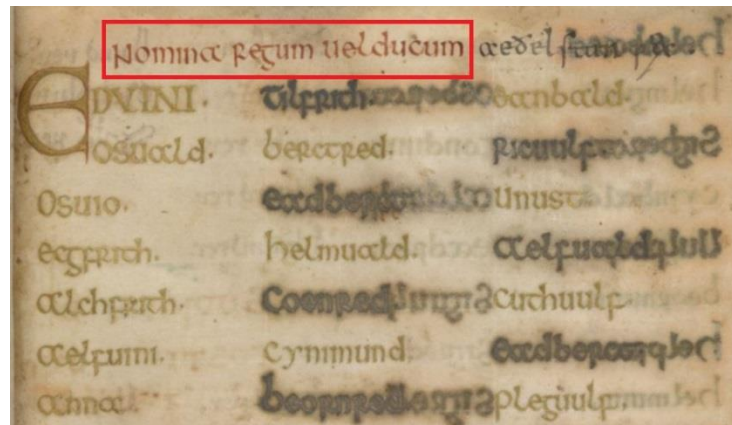


Figura 1 - Nome dos reis e duques. Fol. 15r. Disponível em http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=cotton_ms_domitian_a_vii_fs001r. Acesso em 20/07/2019. Destaque feito pelo autor.

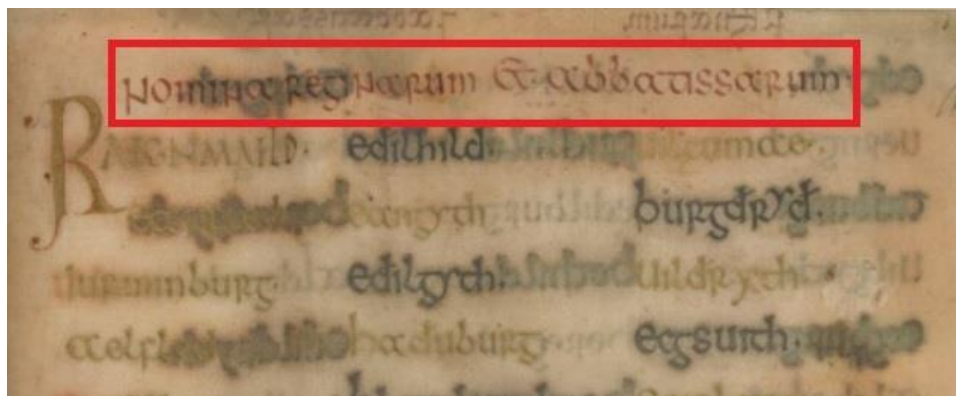


Figura 2 - Nome das rainhas e abadessas. Disponível em http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=cotton_ms_domitian_a_vii_fs001r. Acesso em 20/07/2019. Destaque feito pelo autor.

O DLV condensa o que acaba sendo encontrado nas demais fontes escritas em termos de visibilidade aristocrática feminina e masculina. Aos homens diversos cargos, funções e/ou nomes correspondentes são possíveis, reconhecidos e relativamente estabelecidos: *dux*, *anchorita*, *abbatum*, *monachus* etc. Às mulheres, as possibilidades parecem se limitar a *regina* (rainha) e a *abbatissa* (abadessa). Pra ir além desta aparência, é necessário investigar o que a cultura material pode revelar. Para isso, foram selecionados dois estudos de caso. O primeiro é o do enterramento em cama (*bed burial*), encontrado em Street House, no qual é possível investigar o mundo leigo; o segundo é o cemitério do mosteiro de Hartlepool, no qual é possível analisar o mundo eclesiástico.

4.1 O Enterramento em Cama de Hartlepool

O enterramento feito em camas é um fenômeno que foi reconhecido arqueologicamente ainda no século XIX. Este tipo de enterramento representa e expressa um rito muito conhecido ao sul do rio Humber e nas regiões da Ânglia Oriental, mas antes das escavações de Street House, era desconhecida na Nortúmbria (SHERLOCK, 2012: 130). Neste tipo de inumação o corpo da pessoa falecida, o túmulo, e os itens que eram enterrados formavam um mosaico complexo de práticas e performances sociais.

Williams sugere que levava dias para que a sepultura fosse cavada, o que exigia a construção de um abrigo temporário contra as intempéries climáticas; durante este tempo, o corpo seria preparado (WILLIAMS, 2006: 31). A cama era aos poucos depositada no túmulo, junto com o corpo e alguns itens. A quantidade de artefatos que eram encontradas em enterramentos deste tipo é geralmente grande. Williams sugere que parte do rito envolvido nestes enterramentos incluía que as pessoas se aproximassem do túmulo e assim fossem entregando em mãos os objetos para as pessoas que estivessem próximas ao corpo. Uma vez completo o funeral, o túmulo seria preenchido com terra e um montículo seria erguido em cima do mesmo (WILLIAMS, 2006: 31).

A cama pode representar uma metáfora, a partir da comparação do sono com a morte. Richard Dance aponta que a etimologia da palavra *leger* em *Old English* significa “onde alguém deita”, mas na literatura do período (i.e. o século VII), é um sinônimo para “túmulo” (DICKENS & LUCY, 2012). O simbolismo da cerimônia do enterramento em cama provavelmente significava a convergência destes sentidos.

O enterramento em cama encontrado em Street House foi o único do tipo encontrado no Norte. As escavações no sítio ocorreram entre 2005 e 2007. É possível que a mulher encontrada no túmulo 42 (o com a cama) possuísse uma origem no sul da Inglaterra, considerando a prevalência deste tipo de rito no sul (SHERLOCK, 2012: 130). Esta possibilidade, contudo, vem sendo questionada. O argumento principal para apoiar uma origem nortenha está no fato de que os eventos no cemitério de Street House são contemporâneos aos de Whitby sob a abadessa Hilda, que distava apenas 13 milhas (SHERLOCK, 2012: 130). É bem provável que ambos os sítios estivessem sob o

mesmo tipo de mecenato ou patronato, e que as conexões locais fossem mais importantes. Desta maneira, a pessoa encontrada possivelmente estaria conectada aos potentados de Deira (a porção mais ao sul da Nortúmbria), e não da Bernícia (a porção mais ao norte) (SHERLOCK, 2012: 130).

Os túmulos estavam alinhados no sentido leste-oeste, dentro de um perímetro quadrado cuja datação era anterior ao período anglo-saxão, mas provavelmente ainda era visível durante o século VII. O túmulo com a cama estava localizada próximo ao centro do perímetro (Figura 6). O tamanho da cova também se distingue, tendo 2,02m de comprimento (a maior delas); também se distingue a qualidade e o número de objetos dentro da cova (SHERLOCK, 2012: 131). Conforme Sam Lucy observou em um estudo comparativo para a região de East Yorkshire, enterramentos contendo armas ou joias são geralmente mais largos, mais longos e amplos que aqueles sem estes tipos de itens (LUCY, 1998: 52). Portanto, a relação entre o tamanho da cova e a posição social da pessoa enterrada parece clara. Há uma conexão forte entre o tamanho e a elaboração do enterramento e o trabalho e riqueza investidos no mesmo (STOODLEY, 1999).

Os elementos da própria cama que sobreviveram foram poucos, mas suficientes para algumas conclusões. Provavelmente era feita de madeira de freixo, com vários itens de ferro: abraçadeiras bifurcadas e retangulares, apoiador de cabeça, suportes planos, pregos e rebites; a maior parte destes itens de metal possuíam padrões decorativos. A cama media 1.80m por 0.80m, e provavelmente possuía um dossel ou toldo (SHERLOCK, 2012: 91-99). A presença de um toldo ou dossel certamente aumentaria a visibilidade da pessoa falecida, e portanto, expressava o status da pessoa. A variedade de símbolos presentes na cama, especialmente através da metalurgia sofisticada, servia para anunciar o alto status da pessoa ali deitada, e esta é a razão pela qual era importante que a cama fosse visualmente impressionante (SHERLOCK, 2012: 99). Além disso, a variedade de símbolos representava um ofício executado com altíssima habilidade, o que também sublinha o status das pessoas que produziram o enterro (e não apenas da pessoa falecida). Também há indícios de que uma caixa adicional foi colocada embaixo da cama, elevando a posição da pessoa. É uma forma de manifestar materialmente o desejo simbólico de distinção social da camada aristocrática, e de expressar visibilidade, mesmo na morte.

Pingentes achados nas covas 42 e 43 também podem ajudar a compreender o ritual de enterramento e as hierarquias sociais expressas nele. Na sepultura 42 foram encontrados um pingente de cabochão, um pingente com cabochão oval (ambos na figura 3) e um pingente de cloisonné também de ouro e de granada em formato de escudo (Figura 4). Todos os três têm um grau considerável de ouro em sua confecção. Os pedaços de granada foram inseridos em cima de uma camada muito fina de ouro, de forma a aumentar sua refletividade e sua luminosidade (SHERLOCK, 2012: 45-6, 48-50, 53-54). A sepultura 43 revelou um pingente triangular (figura 5).



Figura 3 - Cabochão circular e cabochão oval encontrados na sepultura 42. SHERLOCK, 2012: 45-6.



Figura 4 - Cabochão de concha encontrado na sepultura 42. SHERLOCK, 2012: 190.



Figura 5 - Cabochão triangular encontrado na sepultura 43.

A interpretação mais corrente é que a mulher enterrada na sepultura 43 era uma pessoa subordinada à mulher da sepultura 42. Ambas estão relacionadas, uma vez que ambas as covas estão em um fosso semi-circular que as apartava das demais; esta separação foi interpretada também como uma forma de memorial das finadas (SHERLOCK, 2012: 33, 45-6; figura 6). Os elementos que contribuem para esta interpretação não são apenas a quantidade de itens encontrados, em uma análise puramente quantitativa, mas também a performance de poder que o enterramento na cama representa. Em outras palavras, a cama pode ajudar melhor a entender como as mulheres aristocratas expressavam seu poder e se relacionavam com outras mulheres nobres do que puramente a quantidade de joias. A mulher presente na cova 43 também deveria ser de extração nobre; do contrário, não só não estaria naquele espaço de

memória social, como também não teria acesso a um bem tão precioso quanto o pingente de ouro.

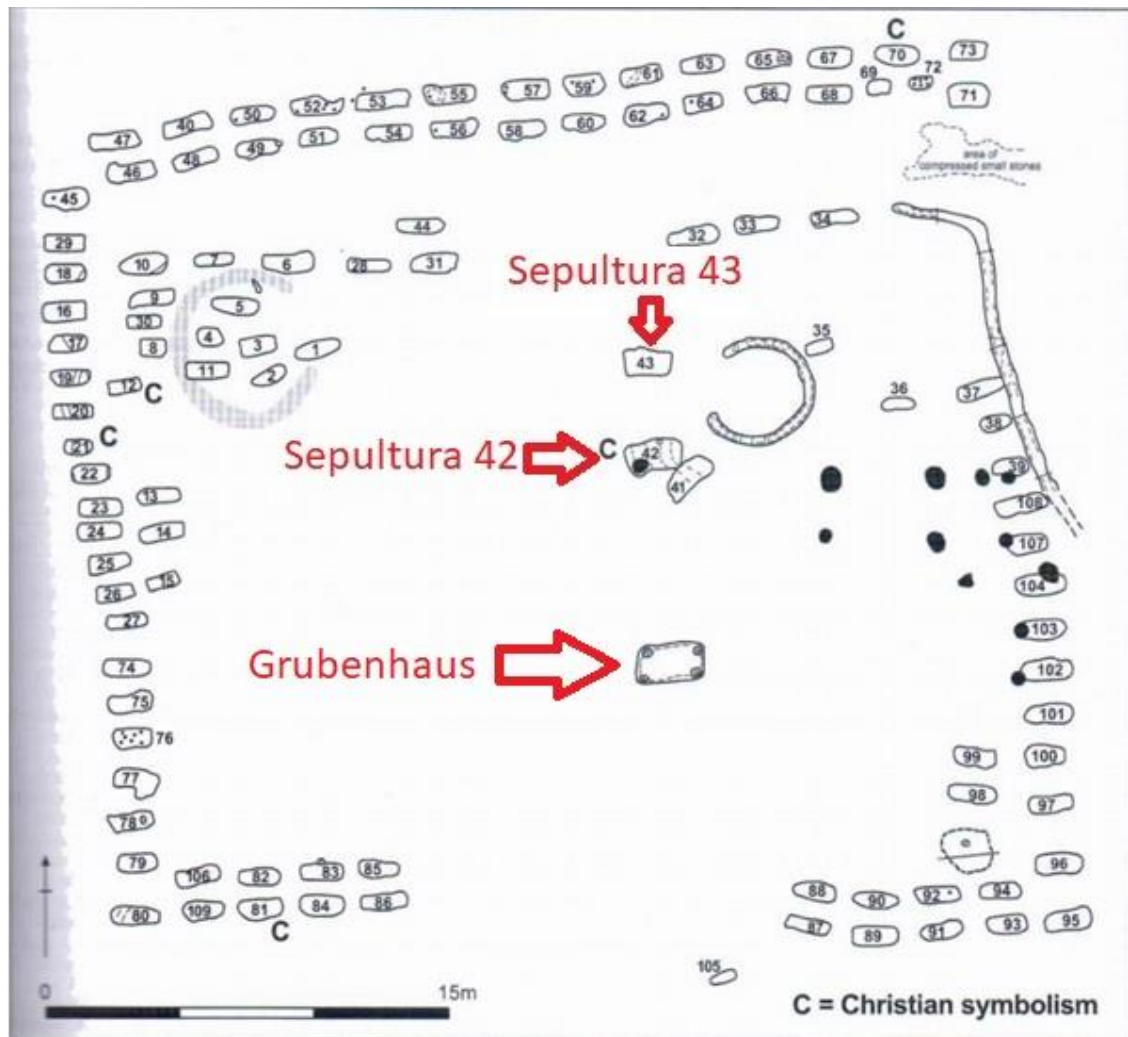


Figura 6 -Localização das sepulturas 42 e 43 e da *grubenhäus*. SHERLOCK, 2012: 130.

Uma estrutura conhecida como *grubenhäus* (“casa enterrada” em uma tradução livre) também foi descoberta próxima à sepultura, datando do mesmo período (figura 6). Esta estrutura pode ter sido um lugar no qual as pessoas que vinham acompanhar o enterramento demonstravam seu respeito pela pessoa morta antes do corpo ser posto na sepultura, e esta coberta com terra (SHERLOCK, SIMMONS, 2008). Este não seria o único sítio arqueológico no qual estas "estruturas de luto" podem ser encontradas (WILLIAMS, 2006: 106). Se esta hipótese estiver correta, também seria razoável considerar que a exposição do corpo antes do enterro fosse uma parte muito importante

do rito de enterramento com cama. Expor o corpo poderia ser uma forma de reconhecimento social da morte de uma pessoa de alto status, a partir do testemunho de diversas pessoas, a princípio pares sociais. Em uma sociedade na qual a sucessão de poder está ligada à sucessão geracional de famílias e graus de parentesco, o reconhecimento amplo de que o tempo de uma determinada pessoa chegou ao fim pode ser crucial para a reprodução do poder. Neste sentido, o enterramento em cama realizado em Street House indica a necessidade de dar visibilidade à pessoa morta, reconhecer seu poder, e marcar a transmissão do mesmo para o seu grupo familiar.

O enterramento em cama era uma parte de um sistema complexo que expressava o poder da mulher enterrada nele. Janet Nelson uma vez propôs que as mulheres das cortes da alta Idade Média ocidental possuíam um papel vital na representação e transmissão do que ela chamou de “valores de corte” (NELSON, 2004: 195). Para Nelson, a corte também oferecia a mulheres da elite agência, além de um espaço público e cultural (NELSON, 2004: 195). É possível adaptar esta noção para a performance de poder expressa pelo enterramento em cama. Tratava-se de uma demonstração pública da influência de uma mulher e de sua agência em vida, com a celebração e a memorialização de seus feitos em vida, assim como a sua ascendência social sobre a mulher enterrada na sepultura 43. Em outras palavras, este estudo de caso nos deixa claro que havia práticas sociais cujo objetivo era a visibilidade da figura da mulher. Neste sentido, a invisibilização presente nas fontes escritas não se expressa de forma arqueológica no século VII.

É necessário também entender como outras formas de poder de mulheres se expressam. As mulheres enterradas em Street House eram aristocratas, mas não necessariamente princesas, e os indícios apresentados revelam a hierarquia entre elas. Também é necessário pensar se estas hierarquias se expressavam no setor eclesiástico. Por isso, o próximo passo é uma breve análise das lápides do mosteiro Hartlepool.

4.2 As lápides de Hartlepool

A comunidade monástica de Hartlepool foi identificada como o mosteiro chamado de "Heruteu" por Beda (HE, III, 24). A fundação do mosteiro é atribuída a Hieu e Aidan de Lidisfarne (HE, IV, 23). Esta identificação foi reforçada pelos achados

arqueológicos (DANIELS, 2007: 29). Beda relata que Hilda foi uma abadessa do mosteiro chamado *Hereteu* (Hartlepool) (HE, III, 23). A narrativa de Beda também descreve que as pessoas em Hartlepool viviam em uma condição muito próxima à da igreja primitiva, sem diferenças no que diz respeito a riquezas ou propriedades.¹ A evidência arqueológica do cemitério nos fornece dados diferentes.

O cemitério de Hartlepool foi escavado no século XIX. Isso fez com que a escavação se concentrasse mais nos artefatos a serem encontrados que sua disposição espacial e no que isto poderia nos revelar. Por isto, as lápides às quais iremos nos referir não foram atribuídas às suas respectivas sepulturas no relatório da escavação (STORY, BAILEY, 2015: 3, n. 12). Os relatos contemporâneos à escavação apenas relatam que embaixo de cada crânio estava uma pedra plana, indicando a presença dos chamados "travesseiros de pedra" (*stone pillows*). Acredita-se que a função destes itens era deixar a face da pessoa falecida em evidência durante o ritual do seu enterramento, e possivelmente também em seu velório. Em outras palavras, consistia em um mecanismo que intencionava aumentar a projeção daqueles rostos na memória social daquela comunidade (DANIEL, 2007: 133-6).

Em nove das sepulturas foram achadas lápides que contavam com epígrafias contendo o nome das pessoas enterradas. Dos nomes, cinco são femininos, uma contém um nome masculino e feminino, e uma delas possivelmente um nome masculino. Os nomes são Hildithryth, Hildigyth, Vermund and Torhtsuid, Berchtgyth e –gyth (CRAMP, 1984: 97-101) (exemplo da lápide de Berchtgyth na figura 7). As lápides contendo nomes são pouco numerosas quando comparadas ao número total de sepulturas. Isto indica que este não era um recurso e um dispositivo usado amplamente (DANIELS, 2007: 141). As associações de Hartlepool com mulheres de proeminência social são evidenciadas pelos nomes (tipicamente aristocráticos) encontrados nas lápides (DANIELS, 2007: 141). Contudo, conforme Daniels sublinha, apesar do uso das lápides ser primariamente para integrantes da comunidade do mosteiro, é possível e até provável que pessoas de alta extração social associadas à regência do mosteiro também contassem com o dispositivo (DANIELS, 2007: 141). Assim, é possível que crianças que fossem filha(o)s ou sobrinho(a)s, ou homens que fossem irmãos pudessem ser enterrados com as mesmas distinções.



Figura 7 - Lápide de Berchtgyth. Hartlepool 06, Durham. CASSS, Vol. 1 – County Durham and Northumberland, pp. 100-1, Pl. 85.444. Disponível em http://www.ascorpus.ac.uk/corpus_images.php?set=203. Acessado em 13/07/2019.

A epigrafia também merece destaque. O domínio da escrita é uma questão de status nesta sociedade, de tal forma que até pessoas leigas eventualmente a buscavam (DANIELS, 2007: 141). A escrita também é parte da identidade e do senso de pertencimento àquela comunidade monástica. Neste sentido, é possível que a escrita presente em apenas algumas das lápides expressasse este pertencimento à comunidade local, mas também o status das pessoas enterradas naquele espaço. Além disso, a separação silábica dos nomes presentes na lápide está correta. Isto indica que as pessoas responsáveis pela inscrição dominavam não apenas a técnica de trabalho em pedra, mas também aspectos fundamentais da forma escrita da linguagem. Ou, pelo menos, foram supervisionadas por alguém que detinha este tipo de conhecimento. Em ambos os casos,

a inscrição na lápide articula duas formas de trabalho que requerem grande especialização e um conhecimento técnico refinado.

Por último, é importante destacar que as sepulturas expressam as hierarquias ali presentes de duas formas distintas. A primeira diz respeito aos itens encontradas nela: na maioria das sepulturas, nenhum objeto, caracterizando uma status mais baixo; no próximo nível do status, encontram-se os "travesseiros de pedra"; no nível mais alto, encontram-se tanto as lápides quanto os travesseiros de pedra. A segunda forma diz respeito à disposição espacial: as sepulturas com lápides encontravam-se predominantemente no sul do cemitério, e nenhuma ficava no sul deste. Isto significa não apenas que algumas mulheres proeminentes continuavam a ter seus nomes lembrados e celebrados a partir das lápides, mas a disposição espacial do cemitério ajudava a aumentar a visibilidade destas, uma vez que as segregava espacialmente das outras pessoas (e mulheres) cujo enterro não contou com este dispositivo.

Em outras palavras, além de encontrar hierarquias (contrariando a imagem projetada por Beda), ainda é possível que os itens encontrados em Hartlepool expressem diferentes graus de visibilidade por parte de pessoas (em especial, mulheres, considerando a demografia da comunidade) de acordo com seu status na comunidade. Algumas possuíam um dispositivo para serem mais visíveis durante os ritos funerários, outras possuíam maior visibilidade para além do seu período de vida, a partir da exposição de seus nomes nas lápides. De qualquer forma, existiam mulheres ocupando posições de poder diferenciadas na comunidade (para além da posição de abadesa), assim como estas outras funções também produziram seus próprios ritos, decifráveis através dos avanços da arqueologia.

Conclusão

A invisibilidade das mulheres em posição de poder na aristocracia da forma como aparece na historiografia traduz apenas uma projeção acrítica das fontes escritas de época. O aporte e desenvolvimento arqueológico podem ajudar significativamente a evidenciar as nuances das gradações e posições de poder a que mulheres podem pertencer, em especial as relativas à aristocracia, uma vez que esta é mais visível arqueologicamente. Os estudos de caso aqui presentes são interessantes e iniciam uma

discussão, mas nem de longe suficientes. É necessário um conjunto mais amplo de pesquisas para aprofundar o entendimento da questão e compreender melhor as possibilidades de exercício de poder por parte das mulheres no período anglo-saxão.

Bibliografia:

Fontes Primárias:

BEDE, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, trad. e ed. Colgrave, B. and Mynors, R.A.B. Oxford: OUP, 1969.

DANIELS, Robin. *Anglo-Saxon Hartlepool and the foundations of English Christianity*. Hartlepool: City Council Press, 2007.

SHERLOCK, Stephen. *A Royal Anglo-Saxon Cemetery*. Hartlepool: Tees Arcaheology, 2012.

Historiografia:

The Gent's Mag, 2nd ed., 10 (1838), p. 536; *apud* STORY, Joanna; BAILEY, Richard N. The Skull of Bede. *The Antiquaries Journal*, 95, 2015, p. 1-26., p. 3, n. 12.

BANHAM, Debby; FAITH, Rosamond. *Anglo-Saxon Farms and Farming*. Oxford: OUP, 2014.

BENNETT, Judith M. The Tie That Binds: Peasant Marriages and Families in Late Medieval England. *The Journal of Interdisciplinary History*. 15 (1), 1984, p. 111–129.

BENNETT, Judith Bennett; KARRAS, Ruth Mazo (eds.). *Oxford Handbook of Women and Gender in Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BOUCHARD, Constance B.. Consanguinity and Noble Marriages in the Tenth and Eleventh Centuries. *Speculum*. 56 (2), 1981, p. 268–287.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929 – 1989 – A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1990.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991.

CRAMP, Rosemary. *Corpus of Anglo-Saxon England stone sculpture: volume 1, part 1, county Durham and Northumberland*. Oxford: OUXP, 1984.

DA SILVA, Renato Rodrigues. As palavras, as relações e a tridimensionalidade dos textos medievais. O exemplo do *liber vitae* de Druham (Inglaterra Anglo-Saxônica, séculos VII-IX). *Revista Signum*, 2015, vol. 16, n. 2, p. 73-97.

DICKENS, Alison; LUCY, Sam. *Mystery of Anglo-Saxon teen buried in bed with gold cross*. <http://www.cam.ac.uk/research/news/mystery-of-anglo-saxon-teen-buried-in-bed-with-gold-cross>. Acesso em 15/07/2019.

DIETRICH, Sheila C. An Introduction to Women in Anglo-Saxon Society. In: KANNER, Barbara (Org.) *The Women of England. From Anglo-Saxon Times to the Present: Interpretive Bibliographical Essays*. Hamden: Archon Books, 1979, p. 32-56.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1991.

DUBY, Georges. *As damas do século XII*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

ECKENSTEIN, Lina. *Women under monasticism*. Cambridge: CUP, 1896.

ERLER, Mary C.; KOWALESKI, Maryanne. *Gendering the Master Narrative: Women and Power in the Middle Ages*. Cornell: Cornell University Press, 2003.

FELL, Christine. *Women in Anglo-Saxon England*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

FRANCO JR., Hilário. *A Idade Média: O Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRIZZO, F. *Uma História do Pensamento Histórico do Século XIX*. Curitiba: InterSaberes, 2019.

HAMEROW, Helena; HINTON, David A.; CRAWFORD, Sally (eds.). *The Oxford Handbook of Anglo-Saxon Archaeology*. Oxford: OUP, 2011.

HINTON, David A; CRAWFORD, Sally; HAMEROW, Helena. *The Oxford Handbook of Anglo-Saxon Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HOLLIS, Stephanie. *Anglo-Saxon Women and the Church: Sharing a Common Fate*. Woodbridge: The Boydell Press, 1992.

JOHN, Eric. *Reassessing Anglo-Saxon England*. Manchester: Manchester University Press, 1996.

JUDD, Elizabeth. Women Before the Conquest: a Study of Women in Anglo-Saxon England. *Papers in Women's Studies*, vol. 1, n. 1, Fevereiro de 1974, p. 127-149.

KIRBY, D. P. *The Making of Early England*. Nova Iorque: Schocken Books, 1968.

KRANNER, Barbara (org.). *The Women of England: from Anglo-Saxon times to the present : interpretive bibliographical essays*. Hamden: Archon Books, 1979.

LUCY, Sam. *The Anglo-Saxon Cemeteries of East Yorkshire*. Oxford: OUP, 1998.

_____. Gender and Gender Roles. In: HAMEROW, Helena; HINTON, David A.; CRAWFORD, Sally (eds.). *The Oxford Handbook of Anglo-Saxon Archaeology*. Oxford: OUP, 2011. p. 688-703.

MACCARRON, Máirín; KENNA, Ralph; PÁDRAIG, MACCARRON. *Math mets myths: quantitative approaches to ancient narratives*. Nova Iorque: Springer, 2016.

_____. Royal Marriage and Conversion in Bede's *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*. *The Journal of Theological Studies*. Vol. 68, ed. 2, 2017, p. 650-670.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. Rio de Janeiro: Contexto, 2002.

MEYER, Marc A. Land Charters and the Legal Position of Anglo-Saxon Women. In: KANNER, Barbara (Org.) *The Women of England. From Anglo-Saxon Times to the Present: Interpretive Bibliographical Essays*. Hamden: Archon Books, 1979, p. 57-82.

NELSON, Janet. Gendering courts in the early medieval west. In: BRUBAKER, Leslie, SMITH, Julia M. H. *Gender in the Early Medieval World, East and West – 300-900*. Cambridge: CUP, 2004, p. 185-197.

PAGE, R. I. *Life in Anglo-Saxon England*. Londres: Putnam, 1970.

ROSENTHAL, J. T. *Angles, Angels and Conquerors: 400-1154*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1973.

SALIH, Sarah. *Versions of Virginity in Late Medieval England*. Cambridge: D. S. Brewer, 2001.

_____. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SCAMMELL, Jean. Freedom and Marriage in Medieval England. *The economic History Review*, vol. 27, n. 4, 1974. p. 523-537.

SCHLAU, Stacey. Following Saint Teresa: Early Modern Women and Religious Authority. *MLN* 117, 2002, p. 286-309.

SHERLOCK, Steve; SIMMONS, Mark. A seventh-century royal cemetery at Street House, north-east Yorkshire, England. *Antiquity*, n. 82, 2008.

SILVA, A.C. L. F. da. Reflexões sobre monacato, gênero e poder: uma leitura dos cânones do Concílio de Coyanza. *Métis*, v.9, 2010, p.12-29.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. “História das Mulheres” In: CARDOSO, C. & VAINFAS, R. *Domínios da História: Ensaio de Metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

STENTON, Doris Mary. *The English Woman in History*. Londres: George Allen & Unwin Ltd; Nova Iorque: MacMillan Company, 1957.

STENTON, Frank. Presidential Address: The Historical Bearing of Place-Name Studies: The Place of Women in Anglo-Saxon Society. *Transactions of the Royal Historical Society*. vol. 25, 1943, p. 1–13.

_____. *Anglo-Saxon England*. 3a Ed. Oxford: OUP, 2001.

STOODLEY, Nick. *The spindle and the spear: a critical enquiry into the construction and meaning of gender in the early Anglo-Saxon burial rite*. Oxford: OUP, 1999.

SHERLOCK, Stephen J. *A Royal Anglo-Saxon Cemetery*. Hartlepool: Tees Archaeology, 2012.

WHITELOCK, Dorothy. *The Begginings of English Society*. Londres: Penguin Books, 1952.

WILLIAMS, Howard. *Death and Memory in Early Medieval Britain*. Cambridge: CUP, 2006.

WILSON, David M (ed.). *The Archaeology of Anglo-Saxon England*. Cambridge: CUP, 1976.

¹ [...] *ut in exemplum primitivae ecclesiae nullus ibi diues, nullus esset egens, omnibus essent omnia communia, cum nihil cuiusquam esse uideretur proprium*. HE, IV, 23.